

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

DO

CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

Dezembro 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. DEFINIÇÕES	3
3. ÂMBITO.....	5
4. VIGÊNCIA.....	6
5. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	6
6. DEFINIÇÃO, COMPETÊNCIAS, APROVAÇÃO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA	7
7. ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	8
8. REMUNERAÇÃO FIXA	9
9. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	10
10. ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO DE DESEMPENHO, POTENCIAL E RETENÇÃO	10
11. AJUSTAMENTO PELO RISCO	11
12. CÁLCULO DO PRÉMIO DE DESEMPENHO, POTENCIAL E RETENÇÃO	13
13. TITULARES DE FUNÇÕES RELEVANTES (TFR)	17
14. FUNÇÕES DE CONTROLO.....	23
15. INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES E COMPENSAÇÃO POR CESSAÇÃO ANTECIPADA DE CONTRATOS DE TRABALHO ANTERIORES	23
16. BENEFÍCIOS DISCRICIONÁRIOS DE PENSÃO	24
17. DEVER DE DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO	24
18. DEVER DE DIVULGAÇÃO	24
ANEXO I	25

1. INTRODUÇÃO

A experiência tem demonstrado que as instituições financeiras que possuem políticas e práticas de remuneração adequadas para os seus Colaboradores, detêm instrumentos importantes através dos quais atraem, motivam e retêm Colaboradores com elevada formação pessoal e profissional e com as capacidades e as competências necessárias ao sucesso e bom desempenho das instituições.

O Caixa – Banco de Investimento, S.A. (“CaixaBI” ou “Banco”) procura atrair e reter Colaboradores, proporcionando-lhes adequadas condições de trabalho, para que se sintam focados e empenhados em prosseguir os objetivos do Banco, assegurando a sustentabilidade e continuidade do sucesso do CaixaBI e do Grupo CGD.

A presente Política de Remuneração é aplicável a todos os Colaboradores do CaixaBI e procura contribuir para que os objetivos e valores de longo prazo sejam alcançados pelo Banco, tendo em conta a sua apetência pelo risco, através da adoção de práticas remuneratórias sãs e prudentes, promovendo uma gestão sólida e eficaz do risco no âmbito da estratégia empresarial do CaixaBI e em linha com a estratégia corporativa do Grupo CGD, oferecendo aos seus Colaboradores um quadro remuneratório competitivo e alinhado com as melhores práticas do mercado, nacionais e internacionais.

As normas, orientações e princípios gerais da lei, designadamente, as constantes do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), e dos instrumentos jurídicos emanados pelos organismos e entidades competentes nacionais e internacionais, nomeadamente, Banco de Portugal (BdP), Autoridade Bancária Europeia (EBA), Banco Central Europeu (BCE), União Europeia (UE), que constituem o quadro jurídico que rege o acesso à atividade, e o quadro de supervisão e as regras prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento, definem a presente Política de Remuneração.

A presente Política de Remuneração procura ser consentânea com uma gestão eficaz do risco, desincentivando a assunção excessiva do risco, estando alinhada e em conformidade com os interesses de longo prazo do CaixaBI e do Grupo CGD, assegurando que a remuneração variável paga aos Colaboradores promove e incentiva a prossecução da atividade dentro dos critérios de apetência pelo risco estabelecidos pelo Conselho de Administração do CaixaBI (*Risk Appetite Statement* - RAS).

2. DEFINIÇÕES

Para efeitos da presente Política de Remuneração, entende-se por:

- 2.1. Política de Remuneração:** conjunto de princípios, regras e procedimentos destinados a fixar os critérios aplicáveis à remuneração paga aos Colaboradores do CaixaBI.
- 2.2. Remuneração:** todas as formas de remuneração fixa ou variável, incluindo os pagamentos e as prestações em dinheiro ou em espécie, atribuídas diretamente aos Colaboradores do CaixaBI como contrapartida dos serviços profissionais prestados.
- 2.3. Remuneração Fixa (RF):** aquela cuja natureza e componentes se encontram previstas na legislação laboral aplicável e tem como referência as condições da contratação aplicável ao colaborador, reveste natureza vinculativa, permanente e não revogável e tem forma não discricionária; é independente da *performance* do Colaborador, sendo esses pagamentos ou benefícios atribuídos para o exercício de uma função específica, como contrapartida do trabalho prestado e baseada em critérios pré-determinados; abrange, igualmente, benefícios no acesso à saúde e de caráter social e também contribuições para um regime ou plano de pensões.
- 2.4. Complementos de remuneração:** complementos remuneratórios dependentes em cada momento da manutenção de critérios e condições de exercício definidos e adequados a determinadas funções, podendo os mesmos ser reduzidos, suspensos ou cancelados se não se verificarem aqueles critérios e condições.
- 2.5. Remuneração Variável (RV):** toda e qualquer outra forma de remuneração dos Colaboradores que não seja considerada Remuneração Fixa nem antecipadamente garantida; constitui a retribuição fundamentada no desempenho sustentado do CaixaBI e do Grupo CGD, dentro do quadro de

apetência pelo risco estabelecido. A remuneração variável pode assentar designadamente na seguinte componente: Prémios de Desempenho, Potencial e Retenção.

2.6. Colaboradores: são as pessoas singulares com vínculo laboral com o CaixaBI.

2.7. Titulares de Funções Relevantes: a definição de Titulares de Funções Relevantes encontra-se no ponto 13.2.

2.8. Entidades CGD: as Sucursais e as Filiais, bem como os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) e outras pessoas coletivas, domiciliadas em Portugal ou no estrangeiro, relativamente às quais a CGD tenha relação de domínio ou o controlo da gestão e estejam sujeitas a supervisão em regime de base consolidada.

2.9. Grupo CGD: a CGD e as Entidades CGD.

2.10. Condição de Atribuição:

- a) Ao nível da Entidade – (i) a obtenção de resultado líquido positivo da Entidade e do Grupo CGD a 31 de dezembro do ano cujo desempenho é remunerado; (ii) o cumprimento dos limites (*breach of limit*) definidos previamente no RAS do CaixaBI, para os indicadores de solvência (rácio de *Common Equity Tier 1* - CET 1) e de liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* ou LCR);
- b) Ao nível individual - existência de vínculo laboral no último dia do ano a que a remuneração se reporta; existência de Avaliação de Desempenho¹ e ausência de uma nota de avaliação de Competências “Necessita de Melhoria” e “Insatisfatório” referente ao ano a que a remuneração se reporta; mínimo de 3 meses de trabalho efetivo durante o ano em análise; inexistência de qualquer falta injustificada no ano a que a remuneração se reporta e no ano seguinte, até ao momento da verificação das condições de elegibilidade do prémio; cumprimento dos limites impostos referentes ao absentismo² inexistência de sanções disciplinares nos últimos 3 anos, podendo ser menos em função da gravidade da sanção.

2.11. Condição de Redução:

- a) Ao nível da Entidade – (i) A variação negativa da situação líquida da Entidade em 31 de dezembro de cada ano do período de diferimento por referência à situação líquida da Entidade em 31 de dezembro do ano cujo desempenho é remunerado. A situação líquida da Entidade será apurada de acordo com as contas auditadas relativas ao respetivo exercício, devendo ser efetuados os ajustamentos necessários (designadamente para correção de alterações de política contabilística ou dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos ou reduções de capital ou distribuições de reservas ou dividendos), de modo a que as situações líquidas referidas sejam comparáveis; (ii) O não cumprimento quando aplicável dos valores limites (*“breach of limit”*) definidos no RAS para os indicadores de solvência (rácio de *Common Equity Tier 1* - CET 1) e de liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* - LCR); (iii) a existência de outros sinais de uma quebra significativa posterior no desempenho financeiro do CaixaBI; nomeadamente situações em que os indicadores acima estejam ainda em zona de tolerância, mas em degradação clara para quebra do limite; (iv) A existência de aumentos significativos nos requisitos de fundos próprios económicos ou regulamentares da Entidade, não decorrentes da prossecução da atividade no quadro de apetência ao risco definido e do orçamento aprovado;
- b) Ao nível individual - participação ou responsabilidade por uma atuação que resultou em perdas significativas para a Entidade ou para o Grupo CGD; verificação de dados que permitam concluir que a Entidade sofreu uma falha significativa ao nível da gestão de risco; aplicação de sanções regulamentares para as quais tenha contribuído a conduta do Colaborador identificado; perda de adequação (nomeadamente idoneidade) para o exercício das suas funções; aplicação de sanções disciplinares nos últimos 3 anos podendo ser menos em função da gravidade da sanção.

¹ Existem algumas situações excecionais, definidas no Documento Autónomo de Cálculo da RV, em que o Colaborador poderá ser elegível para a atribuição de prémio, não obstante não ter avaliação de desempenho relativa ao ano de referência do prémio.

² Os limites são anualmente definidos pelo Conselho de Administração do CaixaBI de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração da CGD.

- 2.12. Condição de Reversão:** aplicam-se os critérios presentes na Condição de Redução.
- 2.13. Data de Atribuição:** o momento de atribuição aos Colaboradores, do valor total da componente variável da remuneração, em função do desempenho determinado pelo Conselho de Administração do CaixaBI, após parecer da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações da CGD (“CNAR da CGD”).
- 2.14. Abordagem *bottom-up*:** abordagem na qual é estabelecido o valor das remunerações ao nível individual, sendo que o valor total despendido em remuneração variável, corresponde à soma dos valores individuais.
- 2.15. Banda funcional:** estrutura organizacional que usa o princípio da especialização baseado na função, ou no papel desempenhado.
- 2.16. Absentismo:** a soma dos períodos de ausência de um Colaborador, cabendo ao Conselho de Administração do CaixaBI definir o limite e o tipo de faltas permitidas ao Colaborador que não impactem na atribuição de remuneração variável.
- 2.17. Período de Diferimento:** significa o período, a contar da Data de Atribuição, ao longo do qual uma parte da componente da remuneração variável em numerário e uma parte da componente da remuneração variável em espécie são adquiridas em igual proporção, em cada aniversário da Data de Atribuição, conforme estabelecido nos pontos 13.3.4 e 13.3.5, desde que, relativamente a cada parcela, se verifique a Condição de Redução, por referência ao ano relevante.
- 2.18. Unidade de negócio significativa:** qualquer entidade orgânica ou jurídica distinta, linha de negócio ou localização geográfica, à qual foram distribuídos capitais internos, em conformidade com o artigo 73.º da Diretiva 2013/36/UE, que representam pelo menos 2% do capital interno do Grupo CGD. A identificação das unidades de negócio significativas é realizada anualmente pela função de gestão de risco da CGD e é adstrita ao CaixaBI por via da relação de grupo que mantém com a CGD.
- 2.19. Direção de Topo:** as pessoas singulares que exercem funções executivas numa instituição e que são responsáveis perante o Órgão de Administração pela gestão corrente da instituição.
- 2.20. Responsabilidades de Gestão:** estamos perante uma responsabilidade de gestão sempre que o Colaborador exerça ou assuma uma das seguintes funções:
- a) Chefia uma unidade de negócios ou exerce uma função de controlo e é diretamente responsável perante o Órgão de Administração como um todo ou perante um Membro do Órgão de Administração ou Direção de Topo;
 - b) Chefia uma unidade que exerce funções, designadamente, nas seguintes áreas: assuntos legais; verificação da solidez das políticas e procedimentos contabilísticos; gestão de risco; finanças, incluindo tributação e orçamento; realização de análises económicas; prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo; recursos humanos; desenvolvimento ou implementação das políticas de remuneração; tecnologia da informação; segurança da informação; gestão de contratos de *outsourcing* cujo insucesso do seu exercício prejudica a prossecução do cumprimento das condições, obrigações, resultados financeiros, solidez ou continuidade dos serviços e atividades de investimento da instituição;
 - c) Chefia uma unidade de negócios subordinada ou uma função de controlo subordinada, e reporta a um Colaborador com as características referidas na alínea a).

3. ÂMBITO

- 3.1.** A Política de Remuneração estabelece os princípios e critérios de atribuição aplicáveis à remuneração dos Colaboradores do CaixaBI.
- 3.2.** Aos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização é aplicável uma Política de Remuneração própria – a “Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização”.
- 3.3.** A presente Política de Remuneração visa adotar as melhores práticas remuneratórias, nomeadamente:

- a) Abranger todos os Colaboradores do CaixaBI;
- b) Garantir a acessibilidade, fácil compreensão, clareza e transparência;
- c) Assegurar a adequação e proporcionalidade face à organização interna e complexidade da atividade do CaixaBI;
- d) Promover a competitividade e alinhamento com as melhores práticas do setor financeiro no perímetro doméstico e internacional;
- e) Assegurar que a remuneração paga aos Colaboradores promove o desenvolvimento da atividade dentro do quadro de apetência pelo risco definido pelo Conselho de Administração do CaixaBI (*Risk Appetite Statement* - RAS);
- f) Considerar os impactos no ambiente e na sociedade relativos à atividade do CaixaBI, procurando promover comportamentos e resultados alinhados com os objetivos de sustentabilidade do Grupo CGD;
- g) Assegurar a neutralidade do ponto de vista do género;
- h) Assegurar que a remuneração paga aos Colaboradores reflete também o respeito por elevados princípios éticos e deontológicos no âmbito dos Princípios gerais de Atuação do Código de Conduta do CaixaBI no desenvolvimento da sua atividade e funções.

3.4. A intervenção corporativa da CGD na definição e concretização da Política de Remuneração do CaixaBI fundamenta-se na participação social ou no controlo efetivo da gestão pela CGD e é exercida, mediante as funções de recursos humanos e de controlo da CGD.

4. VIGÊNCIA

4.1. A presente Política vigorará por tempo indeterminado, sem prejuízo da sua revisão e avaliação anual a realizar nos termos previstos no ponto 7.

5. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

- 5.1.** A Política de Remuneração é adequada e proporcional à sua natureza, características, dimensão, organização e complexidade da atividade do Grupo CGD, às condições de mercado, e aos possíveis riscos, presentes e futuros, garantindo, assim a sua sustentabilidade financeira a curto, médio e longo prazo, bem como os interesses dos depositantes, dos colaboradores, acionista e demais *stakeholders*.
- 5.2.** A Política de Remuneração tem como objetivo garantir o equilíbrio adequado do rácio entre as componentes fixa e variável da remuneração, tendo presente as práticas do mercado onde o Banco se insere, e assegurar que este rácio tem em conta os direitos e os legítimos interesses dos Clientes e as orientações emitidas pelo Conselho de Administração do CaixaBI, o que permite a execução de uma política flexível em matéria de remuneração variável, incluindo o não pagamento de qualquer remuneração variável.
- 5.3.** A Política de Remuneração deve ser consistente com a gestão dos riscos de sustentabilidade, nomeadamente, promovendo a incorporação de métricas relacionadas com riscos ambientais, sociais e de governação no processo de atribuição de remuneração variável, tendo em conta as responsabilidades e funções atribuídas.
- 5.4.** A atribuição da remuneração variável está dependente, entre outros, da obtenção de resultados positivos no Grupo CGD e no CaixaBI; baseia-se no desempenho do Banco e dos Colaboradores. O desempenho sustentável e adaptado ao risco do CaixaBI e do Grupo CGD depende da qualidade, capacidade de trabalho, dedicação, responsabilidade e conhecimento, bem como do compromisso com os valores da organização, não só daqueles que têm responsabilidade na liderança organizacional, mas também de todos os que assumem responsabilidades e agem em sua representação.
- 5.5.** A Política de Remuneração é concebida com vista a promover o alinhamento da remuneração com objetivos, concretos, quantificáveis e alinhados com a estratégia empresarial, os valores e os

interesses de longo prazo do CaixaBI e do Grupo CGD e, ainda, prevenindo e desincentivando a assunção excessiva e imprudente de riscos considerando os impactos da sua atividade no ambiente e na sociedade.

- 5.6. A Política de Remuneração visa cumprir os limites estabelecidos na declaração de Apetência pelo Risco (RAS) definida para o CaixaBI (RAS), tendo em conta todos os riscos, designadamente os riscos de reputação e os riscos resultantes da venda abusiva de produtos (*mis-selling*) e considerando inclusive fatores de risco ambientais, sociais, e de governo (fatores *Environmental, Social and Governance* – ESG).
- 5.7. A Política de Remuneração é concebida de forma a evitar conflitos de interesses, ou incentivos que possam levar os Colaboradores a condutas de favorecimento de interesses próprios, ou do CaixaBI, em detrimento dos legítimos interesses dos Clientes.
- 5.8. A Política de Remuneração visa garantir a não discriminação, sendo neutra do ponto de vista do género, abrangendo todos os colaboradores e promovendo o princípio da igualdade salarial em termos de género, incluindo as condições de atribuição e de pagamento da remuneração fixa e variável.
- 5.9. A Política de Remuneração visa promover o alinhamento da atividade do CaixaBI e da conduta dos seus Colaboradores com os valores fundamentais do Código de Conduta do CaixaBI: Confiança, Rendibilidade, Transparência, Integridade, Profissionalismo, Proximidade, Responsabilidade, Cultura de Risco e Rigor e Inovação.

6. DEFINIÇÃO, COMPETÊNCIAS, APROVAÇÃO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

- 6.1. É da competência do Conselho de Administração do CaixaBI aprovar a Política de Remuneração aplicável aos Colaboradores do CaixaBI.
- 6.2. A Comissão Executiva do CaixaBI é responsável por assegurar que as políticas e práticas de remuneração do CaixaBI são aplicadas de forma adequada e estão harmonizadas com o quadro geral de governação empresarial da instituição e do Grupo CGD, com a cultura empresarial e com a apetência pelo risco do CaixaBI.
- 6.3. À CNAR da CGD, no que respeita à Política de Remuneração, compete:
 - i. fiscalizar diretamente a remuneração dos Colaboradores que desempenham funções de controlo;
 - ii. assegurar que as alterações à presente Política e as propostas de carácter corporativo em matéria de remuneração dos Titulares de Funções Relevantes acomodam as melhores práticas aplicáveis;
 - iii. supervisionar a aplicação da presente Política aos Titulares de Funções Relevantes, em particular, na aplicação das regras de atribuição e diferimento da componente de remuneração variável;
 - iv. assegurar que a Política e as práticas de remuneração da instituição são sujeitas a uma análise interna centralizada e independente, pelo menos, uma vez por ano;
 - v. formular juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração e sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez;
 - vi. assegurar os interesses de longo prazo do Acionista, dos investidores e de outros interessados na instituição de crédito, bem como o interesse público
 - vii. apoiar o Conselho de Administração na fiscalização dos processos, políticas e práticas de remuneração e no controlo do cumprimento das políticas de remuneração do CaixaBI;
 - viii. promover a avaliação dos mecanismos e dos sistemas adotados para assegurar que o sistema de remunerações tem devidamente em conta todos os tipos de riscos, bem como os níveis de liquidez e de fundos próprios, e que a política global de remunerações é coerente com, e promove, uma gestão de riscos sã e eficaz e está harmonizada com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores empresariais e o interesse a longo prazo da instituição;

- ix. avaliar o cumprimento dos objetivos de desempenho e a necessidade de ajustamento pelo risco *ex post*, incluindo a aplicação de mecanismos de redução («*malus*») e de reversão («*clawback*»).
- 6.4.** À Comissão de Riscos da CGD compete, designadamente, examinar se os estímulos proporcionados pelas políticas e práticas de remuneração têm em consideração o risco, os fundos próprios e a liquidez da instituição, bem como os resultados esperados em cada momento.
- 6.5.** Salvo se a CNAR da CGD e a Comissão de Riscos da CGD tiverem algum membro comum, um dos membros da Comissão de Riscos da CGD deve participar nas reuniões da CNAR da CGD e vice-versa, quando seja apreciada matérias relativas à remuneração e à política de remuneração corporativa dos colaboradores do CaixaBI.
- 6.6.** A articulação entre o Conselho de Administração da CGD, a Comissão Executiva da CGD, a Comissão de Auditoria da CGD e as demais Comissões Especiais do Conselho de Administração da CGD é assegurada pelos Presidentes de cada um dos órgãos em causa, podendo também ser assegurada pela existência de membros comuns entre Comissões ou pela presença pontual dos membros de uma Comissão nas reuniões de outras Comissões e pela partilha das atas das reuniões das Comissões Especiais.
- 6.7.** A função de recursos humanos da CGD tem a responsabilidade de assegurar a preparação das propostas e recomendações em desenvolvimento da Política Corporativa subjacente à presente Política e de submetê-las a apreciação da CNAR da CGD; é igualmente responsável por supervisionar a aplicação da presente Política, garantindo, na sua função corporativa, que todas as Entidades transpõem políticas de remuneração coerentes com a Política Corporativa de Remuneração dos Colaboradores do Grupo CGD, tendo em conta as suas especificidades.
- 6.8.** A função de *compliance* do CaixaBI, em coordenação com a função de *compliance* da CGD, tem a responsabilidade de avaliar a conformidade da Política de Remuneração com a legislação, regulamentos, políticas internas e a cultura de risco do Grupo CGD, comunicando todos os riscos de *compliance* e questões de incumprimento que sejam identificados, ao responsável central de *compliance* da CGD e ao Conselho de Administração do CaixaBI tanto nas suas funções executivas como de fiscalização. A avaliação realizada pela função de *compliance* tem em consideração a identificação previamente efetuada das normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de remuneração, o acompanhamento das eventuais alterações que tenham ocorrido e ainda os pareceres de *compliance* anteriormente emitidos sobre as práticas remuneratórias do CaixaBI. As conclusões da função de *compliance* do CaixaBI são tidas em consideração pela CNAR da CGD durante o processo de análise e supervisão da Política de Remuneração.
- 6.9.** A função de gestão de riscos da CGD deve contribuir para e informar sobre a definição de medidas adequadas de desempenho ajustado ao risco (incluindo ajustamentos *ex post*) e participar na avaliação da forma como a estrutura de remuneração variável afeta o perfil de risco e a cultura do CaixaBI. A função de gestão de riscos da CGD deve validar e avaliar os dados relativos ao ajustamento pelo risco, bem como ser convidada a participar nas reuniões da CNAR da CGD sobre esta matéria.
- 6.10.** A função de auditoria interna do CaixaBI é responsável por realizar uma análise independente da implementação e definição da Política de Remuneração, bem como do conceito, da aplicação e dos efeitos da Política de Remuneração sobre a apetência ao risco, assim como da forma como estes efeitos são geridos. As conclusões da função de auditoria são tidas em conta pela CNAR da CGD durante o processo de análise e acompanhamento da Política de Remuneração.

7. ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

- 7.1.** Cabe à CNAR da CGD coordenar o processo de revisão da Política de Remuneração do CaixaBI, a qual deverá estar enquadrada pela Política Corporativa do Grupo CGD, sempre que considerar adequado ou necessário, com uma periodicidade mínima anual, propondo a sua aprovação ao Conselho de Administração do CaixaBI.
- 7.2.** Cabe à CNAR da CGD coordenar o processo anual de revisão da política de remuneração, a qual estará enquadrada pela Política corporativa do Grupo CGD, para efeitos da sua proposta e aprovação pelo Conselho de Administração do CaixaBI.

- 7.3. Compete à CNAR da CGD a responsabilidade de assegurar que a Política e as práticas de remuneração da instituição são sujeitas a uma análise interna independente, pelo menos, uma vez por ano.
- 7.4. É também responsabilidade da CNAR da CGD, em articulação com as funções de controlo, realizar uma avaliação das práticas remuneratórias do CaixaBI, com enfoque na respetiva gestão de riscos, de capital e de liquidez.
- 7.5. Cabe à função de *compliance* do CaixaBI apoiar a CNAR da CGD na análise anual e na revisão às Políticas de Remuneração, averiguando a conformidade com a legislação, os regulamentos, as políticas internas e a cultura de risco de *compliance* do CaixaBI através da emissão de pareceres relacionados com estes temas.
- 7.6. Cabe à função de gestão de risco da CGD apoiar a CNAR da CGD na análise anual e na revisão às Políticas de Remuneração, averiguando o alinhamento entre as Políticas e o perfil de risco do CaixaBI e os mecanismos para ajustar a estrutura de remuneração aos perfis de risco e à estrutura acionista e de governo do Grupo CGD, através da emissão de pareceres.
- 7.7. Cabe à função de recursos humanos da CGD apoiar a CNAR da CGD na análise anual e na revisão às Políticas de Remuneração, averiguando o alinhamento entre as Políticas e as boas práticas de gestão de recursos humanos, designadamente no que se refere à adequação da estrutura e dos níveis de remuneração para atrair e manter os recursos humanos consentâneos com o bom funcionamento do CaixaBI, mediante a emissão de pareceres relacionados com estes temas.
- 7.8. As funções de controlo da CGD e do CaixaBI gozam de autonomia, liberdade e independência no desempenho das suas atribuições, tendo para o efeito e no âmbito da Política de Remuneração, acesso à informação necessária ao exercício das suas competências.
- 7.9. A verificação do cumprimento da aplicação da Política de Remuneração do CaixaBI, dos procedimentos e das regras internas nesta matéria é realizada pela função de auditoria interna do CaixaBI, sendo as conclusões comunicadas à CNAR da CGD através de um parecer formal e documentado. No âmbito da análise independente, a função de auditoria interna avalia se o conceito, aplicação e efeito das Políticas sobre o perfil de risco do CaixaBI, bem como da forma como estes efeitos são geridos, através da verificação dos seguintes critérios:
- Cumprimento com os limites do RAS definido para o CaixaBI;
 - Cumprimento dos regulamentos, princípios e normas nacionais e internacionais; e
 - Implementação de forma coerente no CaixaBI e sem prejuízo de adaptação da Política Corporativa do Grupo CGD, e não limitando a capacidade da instituição para manter ou repor uma sólida base de fundos próprios, em conformidade com a lei, regulamentos, orientações e demais normativos aplicáveis nesta matéria ao CaixaBI, designadamente por via da relação de grupo que mantém com a CGD.
- 7.10. Os resultados das revisões internas, referidas nos pontos 7.3 e 7.4, e as medidas adotadas para corrigir quaisquer deficiências são documentados através de relatórios escritos ou de minutas das reuniões e disponibilizados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral do CaixaBI, os quais asseguram a identificação de medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências detetadas.

8. REMUNERAÇÃO FIXA

- 8.1. Cabe ao CaixaBI pagar aos Colaboradores uma remuneração fixa estabelecida nos termos das tabelas e acordos laborais em vigor.
- 8.2. A remuneração dos Colaboradores pode ainda integrar complementos remuneratórios dependentes da manutenção de critérios e condições de exercício do cargo específico e às responsabilidades, definidos e adequados para determinadas funções, podendo os mesmos ser reduzidos, suspensos ou cancelados caso aqueles critérios e condições de atribuição deixarem de se verificar.
- 8.3. A componente fixa da remuneração tem como finalidade refletir a experiência profissional relevante, a responsabilidade organizacional que corresponde às funções atribuídas, incluindo os poderes, a

antiguidade, as habilitações académicas, as competências e o grau de especialização inerentes, bem como o nível remuneratório da localização geográfica e as práticas remuneratórias vigentes no setor de atividade e respetivo mercado.

9. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

- 9.1.** Além da remuneração fixa, os Colaboradores do CaixaBI podem receber uma remuneração variável não garantida, se tal decisão vier a ser tomada pelo Conselho de Administração do CaixaBI.
- 9.2.** Sem prejuízo do estabelecido no ponto 6, compete ao Conselho de Administração do CaixaBI, sob proposta da Comissão Executiva da CGD e em função dos resultados do CaixaBI e do Grupo CGD, em cada ano, decidir sobre o eventual pagamento de remuneração variável e os critérios específicos a aplicar no respetivo cálculo e atribuição.
- 9.3.** No caso de ser atribuída uma remuneração variável aos Colaboradores, esta tem obrigatoriamente de observar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como das orientações e recomendações dos supervisores e dos organismos nacionais e internacionais e ter em conta as melhores práticas vigentes sobre esta matéria, no setor financeiro nacional e internacional.
- 9.4.** A componente variável da remuneração, não pode limitar a capacidade do CaixaBI e do Grupo CGD em reforçar as suas bases de fundos próprios, promovendo a prossecução da atividade em cumprimento da apetência pelo risco definida para o CaixaBI (RAS), tanto na dimensão financeira, como não financeira.
- 9.5.** A ser atribuída remuneração variável aos Colaboradores, o seu valor não pode exceder o da remuneração fixa anual, para assegurar que a componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, de modo a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível relativamente à componente variável, incluindo a possibilidade do seu não pagamento.
- 9.6.** Os critérios fixados para a determinação da componente variável individual da remuneração baseiam-se no desempenho e mérito do Colaborador, da estrutura interna em que este se encontra inserido e do desempenho global do CaixaBI, podendo ainda ser ponderado o grau de absentismo.
- 9.7.** A atribuição de remuneração variável considera, três dimensões de avaliação: Rendibilidade e Risco; Desempenho Comercial e Desempenho Regulatório e Sustentabilidade, sendo assegurado que:
 - a) Não se associa exclusivamente a uma meta quantitativa da comercialização ou do fornecimento de produtos e serviços bancários; e
 - b) Não promove a comercialização ou o fornecimento de um determinado produto, ou categoria de produtos, que sejam mais lucrativos para o CaixaBI, ou para os seus Colaboradores, em prejuízo dos legítimos interesses dos Clientes.
- 9.8.** O pagamento da componente variável da remuneração depende da verificação rigorosa do cumprimento dos critérios definidos para a sua atribuição e, no caso das partes diferidas, para a sua não redução, dependendo a libertação dos valores já atribuídos, mas retidos, do cumprimento dos critérios definidos para a sua não reversão.

10. ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO DE DESEMPENHO, POTENCIAL E RETENÇÃO

- 10.1.** Processo de Decisão de atribuição do Prémio de Desempenho Potencial e Retenção
 - 10.1.1.** A função de recursos humanos da CGD apura, até ao final do segundo trimestre de cada ano, a informação de suporte (dados relativos ao processo de Avaliação de Desempenho e critérios de elegibilidade) à decisão de eventual atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção.
 - 10.1.2.** A função de recursos humanos da CGD analisa o cumprimento da Condição de Atribuição (ajustamento pelo risco *ex-ante*)³ a nível individual, sendo competência da função de gestão de risco da CGD a análise do cumprimento da Condição de Atribuição ao nível da Entidade. As

³ O processo de ajustamento pelo risco *ex-ante* encontra-se descrito no capítulo 11.

conclusões desta análise são formalizadas num parecer de cada uma destas funções, competindo à função de recursos humanos a sua consolidação num documento integrado e a respetiva submissão à apreciação da Comissão Executiva do CaixaBI e da CNAR da CGD.

10.1.3. Cabe à Comissão Executiva do CaixaBI, suportada na informação e no parecer referidos nos pontos anteriores, decidir sobre a atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção que, após consulta da CNAR da CGD, será aprovada pelo Conselho de Administração do CaixaBI.

10.1.4. Cabe à CNAR da CGD para efeitos do referido parecer e no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- a) Avaliar o cumprimento dos objetivos de desempenho e a necessidade de ajustamento pelo risco *ex post*, incluindo a aplicação de mecanismos de redução («*malus*») e de reversão («*clawback*»);
- b) Analisar possíveis cenários para testar a forma como as políticas e práticas de remuneração reagem a acontecimentos externos e internos, bem como os critérios utilizados para determinar a atribuição da remuneração e o ajustamento pelo risco *ex ante* com base nos resultados efetivos dos riscos;
- c) Fiscalizar diretamente a remuneração dos colaboradores que desempenham funções de controlo e formular recomendações sobre a conceção do pacote de remuneração e os montantes de remuneração a pagar aos quadros superiores que exerçam funções de controlo.

10.1.5. A atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção encontra-se dependente do cumprimento da Condição de Atribuição, estabelecida no ponto 2.10.

10.1.6. Os Colaboradores que tenham processos disciplinares pendentes, ou se encontrem diretamente envolvidos em qualquer processo de averiguações à data da deliberação da atribuição da remuneração variável, ficam com o pagamento desta remuneração suspensa até ao termo das respetivas situações. No caso de arquivamento do processo disciplinar ou de averiguações, o pagamento será efetuado, logo que recebida a respetiva comunicação.

10.2. Deliberação do Montante Limite a Atribuir do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção

10.2.1. Compete ao Conselho de Administração do CaixaBI, enquadrado pelas orientações corporativas, sob proposta da Comissão Executiva da CGD e mediante pareceres da CNAR da CGD e da Comissão de Riscos da CGD, definir anualmente o montante limite do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção global a atribuir aos seus Colaboradores.

10.2.2. Nos respetivos pareceres, a CNAR da CGD e a Comissão de Riscos da CGD terão em especial consideração, a salvaguarda do cumprimento da apetência pelo Risco definida para o CaixaBI (RAS).

10.2.3. As funções de gestão de riscos da CGD e de *compliance* do CaixaBI fornecem elementos apropriados, no âmbito das suas funções, para a definição dos prémios globais, dos critérios de desempenho e de atribuição de remuneração, nos casos em que essas funções tenham dúvidas quanto ao impacto sobre o comportamento dos Colaboradores e aos riscos efetivos da atividade exercida.

10.3. Critérios de Elegibilidade

10.3.1. O Conselho de Administração do CaixaBI, sob proposta da Comissão Executiva do CaixaBI, delibera relativamente às categorias de Colaboradores que têm acesso ao Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção, quando existente e aos montantes a atribuir, nos termos da presente Política.

10.3.2. Cabe à função de recursos humanos da CGD aplicar os critérios de elegibilidade.

11. AJUSTAMENTO PELO RISCO

11.1. Os processos inerentes ao ajustamento pelo risco baseiam-se nos indicadores de risco presentes no RAS e têm em conta os objetivos do CaixaBI, bem como a evolução do cenário macroeconómico envolvente.

11.2. Processo de Ajustamento pelo Risco

Anualmente, até ao final do segundo trimestre do ano em questão, as funções de recursos humanos e de gestão de risco da CGD, executam o Processo de Ajustamento pelo Risco, com vista à avaliação dos riscos atuais e futuros e ao ajustamento da componente variável da remuneração.

O Processo de Ajustamento pelo Risco incide sobre os seguintes subprocessos:

11.2.1. Definição de métricas elegíveis de risco

O processo de definição e validação do *Balanced Scorecard* tem um carácter anual, cabendo à função de gestão de risco desempenhar as seguintes atividades:

- a) Determinar métricas de risco elegíveis baseadas nos indicadores presentes no RAS, para as seguintes famílias de funções⁴:
 - i. Negócio;
 - ii. Suporte;
 - iii. Controlo.
- b) Determinar as regras de calibração das métricas de risco.

No âmbito corporativo, a função de gestão de risco da CGD deve ser informada da execução das atividades descritas nas alíneas anteriores, prestando o seu apoio quando for necessário.

11.2.2. Atribuição de Remuneração Variável (ajustamento pelo risco *ex-ante*)⁵

- a) Ao nível da Entidade

A função de gestão de risco da CGD analisa o cumprimento da Condição de Atribuição (ajustamento pelo risco *ex-ante*) no que respeita ao cumprimento do indicador de custo de capital (rácio de CET 1) e do indicador de liquidez (LCR), verificando igualmente a existência de indicadores, financeiros e não-financeiros, estabelecidos na apetência pelo risco do CaixaBI e do Grupo CGD que, a 31 de dezembro do ano cujo desempenho é remunerado, ultrapassem os limites definidos, garantindo que o limite global de remuneração variável a atribuir aos Colaboradores não limita a capacidade do CaixaBI cumprir os objetivos estratégicos, nem de manter e fortalecer a sua base de capital, capital regulamentar, margem de solvência ou fundos próprios.

- b) Ao nível Individual

A função de recursos humanos da CGD analisa o cumprimento da Condição de Atribuição (ajustamento pelo risco *ex-ante* ao nível individual) e o cumprimento dos critérios individuais presentes na Condição de Atribuição.

A análise da Condição de Atribuição resulta na emissão de um parecer pela função de gestão de risco da CGD (ao nível da Entidade) e pela função de recursos humanos da CGD (ao nível individual), que a função de recursos humanos consolida num documento integrado que submete à apreciação da Comissão Executiva do CaixaBI e da CNAR da CGD.

Cabe à CNAR da CGD verificar o cumprimento das Condições de Atribuição, tendo por base os pareceres das funções de recursos humanos e de gestão de risco.

⁴ Cabe ao CaixaBI eleger as métricas de risco a incorporar no *Balanced Scorecard*, baseando-se nas métricas e orientações apresentadas pela função de gestão de risco da CGD.

⁵ Aplicável a todos os Colaboradores que auferem Remuneração Variável, mediante o cumprimento da Condição de Atribuição, descrita no artigo 2.10.

11.2.3. Aquisição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção (ajustamento pelo risco *ex-post*)⁶

Após o momento de atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção, e durante o período de diferimento e de retenção, anualmente, é analisado o cumprimento da Condição de Redução (durante o período de diferimento) e da Condição de Reversão (durante o período de retenção) para os Titulares de Funções Relevantes (ajustamento pelo risco *ex-post*) nos seguintes termos:

a) Ao nível da Entidade

A função de gestão de risco da CGD analisa o cumprimento da Condição de Redução e da Condição de Reversão ao nível do CaixaBI.

b) Ao nível Individual

A função de recursos humanos da CGD analisa o cumprimento da Condição de Redução e da Condição de Reversão ao nível Individual.

A análise da Condição de Redução e da Condição de Reversão resulta na emissão de um parecer pela função de gestão de risco da CGD (ao nível da Entidade) e de um parecer da função de recursos humanos da CGD (ao nível individual), que a função de recursos humanos consolida num documento integrado que submete à apreciação pela CNAR da CGD.

Cabe à CNAR da CGD verificar o cumprimento das Condições de Redução e de Reversão, tendo por base os pareceres das funções de recursos humanos e de gestão de risco da CGD.

12. CÁLCULO DO PRÉMIO DE DESEMPENHO, POTENCIAL E RETENÇÃO

12.1. Mecanismo de Cálculo do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção

12.1.1. O cálculo do Prémio de Desempenho e Potencial dos Colaboradores tem em consideração a respetiva Avaliação de Desempenho, que inclui a avaliação de competências, pode incluir a avaliação a realizar pelos pares, por Colaboradores da equipa ou outros Colaboradores e inclui a avaliação do cumprimento de objetivos (também designados de *Key Performance Indicators* – KPI) de natureza financeira e não financeira, que podem assumir as seguintes tipologias distintas:

- i. Objetivos Corporativos, alinhados com os Indicadores definidos para acompanhamento do Plano Estratégico e de aplicação transversal a todos os Colaboradores;
- ii. Objetivos Específicos Individuais, dos quais fazem também parte, entre outros, os KPI de Ajustamento ao Risco e os KPI de Controlo Interno (se aplicáveis, de acordo com o estabelecido pelas Direções *owners* destas duas tipologias de Indicadores, respetivamente a função de gestão de risco da CGD e a Área de Controlo Interno da CGD);

A ponderação destas dimensões depende da banda funcional do Colaborador⁷.

12.1.2. A avaliação prevista no número anterior é efetuada num quadro plurianual, garantindo o alinhamento entre processo de avaliação com o desempenho de longo prazo e assegurando que o pagamento das componentes da remuneração dele dependentes é repartido ao longo de um período que tenha em conta o ciclo económico do Grupo CGD, do CaixaBI e os seus riscos de negócio.

⁶ Aplicável aos Titulares de Funções Relevantes, mediante o cumprimento da Condição de Redução e da Condição de Reversão, descritas nos pontos 2.11 e 2.12.

⁷ O detalhe das ponderações por banda funcional poderá ser consultado na Ordem de Serviço relativa ao Modelo de Avaliação de Desempenho.

- 12.1.3. Sem prejuízo da aplicação de todos os critérios previstos de ajustamento pelo risco, o Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção é calculado de uma forma *bottom-up*. No início de cada período, é definida uma matriz que estabelece, para cada banda funcional e escalão resultante das dimensões descritas no ponto 12.1.1, um *target* da remuneração de referência anual. Esse *target* é posteriormente multiplicado pelo montante de remuneração de referência anual da banda funcional à qual pertence o Colaborador, originando assim um montante de prémio a atribuir.
- 12.1.4. A Comissão Executiva poderá definir anualmente o *target* da remuneração de referência para o cálculo do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção.
- 12.1.5. Os montantes de remuneração de referência anual para cada Banda Funcional são propostos anualmente pela função de recursos humanos da CGD e aprovados pela Comissão Executiva do CaixaBI.

12.2. Definição de Objetivos

- 12.2.1. Anualmente são definidos objetivos corporativos transversais para o Grupo CGD alinhados com os indicadores do Plano Estratégico, objetivos específicos para o CaixaBI, incluindo objetivos individuais para os Colaboradores de cada Órgão de Estrutura do CaixaBI.
- 12.2.2. Até ao final de janeiro do ano em questão, cabe à Comissão Executiva do CaixaBI apresentar à função de recursos humanos da CGD responsável pela gestão do processo do *Balanced Scorecard* do CaixaBI, uma proposta de objetivos específicos individuais para as Equipas Diretivas e restantes Colaboradores do CaixaBI com a validação do Administrador da CGD com o Pelouro do CaixaBI.
- 12.2.3. A função de gestão de risco da CGD é responsável por indicar objetivos de ajustamento pelo risco elegíveis pelo CaixaBI, conforme descrito no ponto 11.2.1.

12.3. Regras de Suporte à Definição dos Objetivos

- 12.3.1. No processo de definição dos objetivos, devem ser tidas em consideração as seguintes orientações:
 - a) Limites mínimos e máximos do número de KPI – em cada *Balanced Scorecard* existirá o número de KPI correspondente ao âmbito de atuação e desafios a prosseguir em cada exercício;
 - b) Inclusão de categorias de KPI Específicos transversais, cuja aplicação nos Scorecard de cada Direção/Entidade, em cada exercício, será definida pelas respetivas Direções *owner*, nomeadamente:
 - i. A categoria de “Risco”, que inclui os KPI de ajustamento pelo risco. Esta categoria assume um peso mínimo entre 10% e 30% no *Balanced Scorecard* do CaixaBI, fixado anualmente pela Comissão Executiva da CGD sob proposta da função de gestão de risco, cabendo a esta a identificação das Direções da CGD e Entidades que, em cada exercício, deverão fazer constar dos seus Scorecard estes KPI e, no âmbito do Parecer previsto no ponto 12.5.1, a avaliação do cumprimento do estabelecido para esta categoria de KPI e a definição de eventuais ajustamentos a promover;
 - ii. A categoria de “Controlo Interno”, que inclui os KPI de mitigação de insuficiências detetadas pelas funções de controlo e a regularização, nos prazos estipulados, das deficiências detetadas no âmbito de *On-Site Inspections* (OSI), cujas regras e critérios de aplicabilidade às Direções e Entidades em cada exercício serão definidos pela Área de Controlo Interno da CGD, à qual compete também a identificação das Direções e Entidades que, em cada exercício, deverão incluir nos seus *Scorecards* esta tipologia de KPI, a constar, no mínimo no Scorecard do 1.º Responsável.
 - iii. A categoria de “Sustentabilidade”, que inclui os KPI de performance individual e do Grupo nos temas ambientais, sociais e de governo, visando considerar nos objetivos afetos à remuneração os impactos da atividade do Grupo no ambiente e

na sociedade. A definição dos KPI a considerar, assim como a identificação das Direções e Entidades elegíveis para os mesmos encontra-se cometida à Área responsável pela implementação da Estratégia ESG do Grupo;

- iv. A categoria de “Governo e Qualidade dos Dados”, que visa assegurar que todos os conceitos de dados governados têm controlos definidos, implementados e monitorizados, assim como assegurar a correção e mitigação das situações de falha de qualidade de dados, e a qualidade e tempestividade dos reportes à Supervisão, sendo as respetivas regras, critérios de aplicabilidade e identificação das Direções e Entidades elegíveis em cada exercício, responsabilidade da Área de Dados, Reporting e Modelos de Risco da CGD.

12.4. Alinhamento dos Objetivos com a Estratégia do Grupo CGD

- 12.4.1. Cabe à função de recursos humanos da CGD efetuar a gestão do processo de *Balanced Scorecard* do CaixaBI, garantindo a aplicação transversal dos princípios orientadores aprovados superiormente, e assegurando, relativamente aos *Scorecard* das Equipas Diretivas, a análise das métricas e escalas propostas, por forma a assegurar a existência de maior grau de homogeneização entre os vários *Scorecards* do Grupo CGD, e promovendo a validação dos mesmos junto do respetivo Administrador da CGD com o Pelouro do CaixaBI, no sentido de garantir o cumprimento da presente Política e o alinhamento dos KPI com a estratégia e objetivos definidos para o Grupo CGD.

Cabe ao 1º Responsável de cada Órgão de Estrutura do CaixaBI garantir, na definição de KPI para os restantes Colaboradores, o cascadeio dos KPI definidos para a Equipa Diretiva, assim como o cumprimento das orientações e regras definidas.

Neste âmbito, a função de recursos humanos da CGD desenvolve as seguintes atividades:

- a) Tomar conhecimento dos vetores estratégicos definidos pelo Conselho de Administração da CGD para o exercício seguinte, em alinhamento com as Orientações Estratégicas para o respetivo triénio;
- b) Definir os princípios orientadores e recolher informação relativa aos objetivos transversais, nomeadamente as métricas elegíveis de risco e os objetivos do Orçamento de Custos do CaixaBI e do Orçamento Comercial definidos para o exercício, incluindo as metas a considerar pela Entidade e seus órgãos de estrutura;
- c) Analisar os objetivos propostos por cada Órgão de Estrutura e propor as adequações necessárias, garantindo o cumprimento do planeamento e principais *milestones* do processo, e a aplicação das regras de suporte à definição dos objetivos;
- d) Interagir com a Administração do CaixaBI⁸ com vista à validação e promoção de ajustamentos que se afigurem necessários aos *Scorecards* a propor para a respetiva aprovação dos *Balanced Scorecards* do Grupo CGD pela CE da CGD.

12.5. Aprovação dos Objetivos

- 12.5.1. É da responsabilidade das funções de *compliance* da CGD e do CaixaBI e de gestão de risco da CGD, a análise dos KPI, relativamente ao cumprimento com as obrigações legais e regulamentares aplicáveis e garantia do ajustamento ao nível de risco tolerado pelo CaixaBI (RAS), respetivamente. A análise da função de *compliance* tem por objeto a informação disponibilizada pela função de recursos humanos com a identificação dos KPI definidos pelos órgãos de estrutura do CaixaBI e visa avaliar a conformidade da definição dos KPI com o definido no ponto 12.3 da presente Ordem de Serviço, com o ponto 5.4 da OS 20/2024 – Gestão da Performance, bem como da regulamentação aplicável.
- 12.5.2. Cabe à Comissão Executiva da CGD aprovar o *Balanced Scorecard* do Grupo CGD, sem prejuízo do estabelecido no ponto 12.5.3 e sem prejuízo da aprovação do *Balanced Scorecard* dos colaboradores do CaixaBI pela Comissão Executiva do CaixaBI.

⁸ Incluindo os interlocutores técnicos do CaixaBI designados para o efeito.

- 12.5.3. Adicionalmente, e na medida do aplicável, os *Scorecards* dos elementos com funções diretivas responsáveis pelas funções de controlo do CaixaBI, após validação da Comissão Executiva da CGD, são submetidos a apreciação da CNAR da CGD. Adicionalmente os referidos *Scorecards* deverão ser submetidos pelos respetivos responsáveis, no caso da função de gestão de risco e da função de *compliance*, à apreciação da Comissão de Riscos da CGD; e, no caso da função auditoria interna, à apreciação da Comissão de Auditoria da CGD, sendo posteriormente submetidos à aprovação pelo Conselho de Administração da CGD, sem prejuízo dos mesmos serem também sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração do CaixaBI.

12.6. Comunicação dos Objetivos

- 12.6.1. Após aprovação pela Comissão Executiva da CGD, a Comissão Executiva do CaixaBI é responsável por assegurar que o processo de avaliação individual de desempenho, incluindo os critérios de natureza financeira e não financeira, quantitativos e qualitativos utilizados e a respetiva ponderação para determinação da componente variável da remuneração, é transparente e comunicado aos Colaboradores, em momento anterior, ao início do período de contagem a que a avaliação diz respeito, com o apoio da função de recursos humanos da CGD.

12.7. Monitorização e Acompanhamento Semestral dos Objetivos

- 12.7.1. Semestralmente, a função de recursos humanos da CGD dinamiza o processo de apuramento dos resultados dos objetivos dos Órgãos de Estrutura do CaixaBI, apresentando os resultados dos KPI dos Colaboradores com funções Diretivas em sede de Comissão Executiva da CGD e do CaixaBI, após recolha dos dados junto dos respetivos Órgãos de Estrutura e Entidade.
- 12.7.2. Face à evolução da atividade do CaixaBI, e no caso de existir revisão dos objetivos de negócio proposta pelo CaixaBI validada pela Comissão Executiva da CGD, a função de recursos humanos poderá realizar ajustamentos que se afigurem necessários aos *Balanced Scorecards*.

12.8. Processo de Cálculo e Aprovação dos Montantes do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção

- 12.8.1. Baseando-se no resultado das dimensões descritas no ponto 12.1.1, a função de recursos humanos da CGD elabora uma proposta de atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção aos Colaboradores.
- 12.8.2. As funções de *compliance* do CaixaBI e de gestão de risco da CGD emitem um parecer relativamente aos princípios e abordagem propostos pela função de recursos humanos da CGD, respetivamente numa ótica de conformidade com as normas e legislação aplicáveis e numa ótica de adequação à cultura de risco e nível de apetência pelo risco da Entidade. A função de gestão de risco pronuncia-se sobre as matérias previstas no 11.2.2 a) da presente política. No que respeita à função de *compliance*:
- a) pronuncia-se sobre o modelo de atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção avaliando a conformidade dos critérios de elegibilidade e de exclusão propostos pela função de recursos humanos com a regulamentação e normativos internos aplicáveis, nomeadamente, a OS 15/2020 – Código de Conduta, a OS 20/2024 – Gestão da Performance, bem como das regras definidas na presente Política;
 - b) verifica a correta aplicação do modelo de atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção efetuada pela função de recursos humanos e pronuncia-se sobre o cumprimento dos critérios definidos no modelo, incluindo os eventuais ajustamentos de gestão e respetivos limites previstos 12.10.
- 12.8.3. A proposta deverá salvaguardar o alinhamento corporativo nesta matéria, antes de prosseguir o processo de aprovação pelos órgãos competentes do CaixaBI.
- 12.8.4. A proposta de atribuição e os pareceres das funções de controlo são apresentados à CNAR da CGD e à Comissão de Riscos da CGD.

- 12.8.5. A Comissão Executiva do CaixaBI é responsável pela aprovação dos montantes individuais do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção, que concretizam a proposta da função de recursos humanos. No caso das funções de controlo, os montantes individuais são objeto de apreciação pela CNAR da CGD.

12.9. Pagamento dos Montantes do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção

- 12.9.1. Cabe ao CaixaBI proceder ao pagamento do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção.
- 12.9.2. Caso o Colaborador não cumpra as regras de realização de formação obrigatória até ao final do mês anterior ao da atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção, o seu pagamento fica suspenso até que a situação seja regularizada.

12.10. Discricionariedade de Gestão

- 12.10.1. Anualmente pode prever-se a possibilidade de as hierarquias procederem a ajustamentos de gestão sobre os prémios que resultem da aplicação dos critérios definidos na presente OS, desde que verificadas as seguintes regras:
- a) Os ajustamentos a promover têm que estar devidamente fundamentados;
 - b) O número de ajustamentos não pode ultrapassar 25% do total de colaboradores; e
 - c) Sejam respeitados os limites de ajustamentos atribuídos, do montante global que lhe é atribuído pelo modelo, das percentagens de variação do ajustamento do valor do prémio face ao que resulta do modelo, bem como as regras que forem definidas para os arredondamentos a estes ajustamentos.

13. TITULARES DE FUNÇÕES RELEVANTES (TFR)

O CaixaBI é responsável pela autoavaliação anual com vista à completa identificação de todos os Colaboradores cujas atividades profissionais têm ou podem ter um impacto significativo no perfil de risco do CaixaBI. Este processo termina até ao final do ano a que se reporta, sendo asseguradas as seguintes etapas:

13.1. Processo de identificação de TFR

- 13.1.1. Cabe à função de recursos humanos da CGD realizar anualmente o processo de autoavaliação para efeitos de identificação dos TFR, que no âmbito da sua natureza corporativa, validará e assegurará a sua coerência ao nível de Grupo, assim como a respetiva apreciação junto da Comissão Executiva da CGD.
- 13.1.2. As funções de gestão de riscos da CGD e de *compliance* do CaixaBI e da CGD são envolvidas e emitem parecer sobre os referidos processos de identificação. A primeira pronuncia-se sobre as matérias previstas no 13.2.2 b) da presente política. Compete à função *compliance*:
- a) previamente à emissão do seu parecer, pronunciar-se, a pedido da função de recursos humanos, sobre os critérios aplicáveis à identificação dos Titulares de Funções Relevantes tendo presente a regulamentação em vigor;
 - b) a emissão de parecer que incide sobre a Lista dos Titulares de Funções Relevantes proposta pela função de recursos humanos e visa avaliar a correta aplicação dos critérios aplicáveis à identificação dos Titulares de Funções Relevantes.
- 13.1.3. O parecer das funções de gestão de risco da CGD e de *compliance* da CGD será emitido após o parecer do responsável pelas funções de controlo do CaixaBI.
- 13.1.4. A CNAR da CGD e a Comissão de Riscos da CGD acompanham o processo de identificação dos TFR, sendo responsáveis pela validação da lista final e pela submissão do tema para apreciação pelo Conselho de Administração do CaixaBI.
- 13.1.5. Cabe ao Conselho de Administração do CaixaBI aprovar anualmente o processo de identificação dos TFR.

- 13.1.6. Concluída a aprovação referida no número anterior, a função de recursos humanos da CGD informa os Colaboradores identificados do seu estatuto e das implicações daí decorrentes em termos de pagamento de remuneração variável.
- 13.1.7. A função de recursos humanos da CGD é ainda responsável por manter o registo do processo de autoavaliação realizada para efeitos da identificação dos TFR e dos respetivos resultados.
- 13.1.8. Para efeitos deste registo, a autoavaliação realizada no âmbito do processo anual de identificação dos TFR é suportada documentalmente pelos seguintes elementos:
- a) Fundamentação subjacente à autoavaliação e o âmbito da sua aplicação;
 - b) Definição do método utilizado para avaliar os riscos emergentes da estratégia empresarial e das atividades do CaixaBI;
 - c) Forma de avaliação dos Colaboradores que desempenham funções no CaixaBI abrangidos pela presente Política;
 - d) Identificação das funções e as responsabilidades dos órgãos e funções internas do CaixaBI e do Grupo CGD envolvidos na conceção, supervisão, análise e aplicação do processo de autoavaliação.

O resultado do processo de identificação inclui as seguintes informações:

- i. O número de Colaboradores identificados (distinguido do número de Colaboradores identificados pela primeira vez);
 - ii. As responsabilidades e atividades dos Colaboradores identificados;
 - iii. A identificação dos Colaboradores;
 - iv. A afetação dos Colaboradores identificados a áreas de negócio no CaixaBI;
 - v. A comparação com os resultados da avaliação do ano anterior;
 - vi. A identificação dos Colaboradores que foram identificados de acordo com os critérios quantitativos, mas cujas atividades profissionais foram avaliadas como não tendo um impacto significativo no perfil de risco do CaixaBI e do Grupo CGD, através do parecer emitido pela função de gestão de risco da CGD.
- 13.1.9. O processo de identificar os TFR e o seu resultado são sujeitos a avaliação pela função de auditoria interna do CaixaBI.

13.2. Critérios de identificação de TFR

13.2.1. Critérios Qualitativos

A identificação dos TFR tem em consideração as regras estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) n.º 2021/923, bem como os critérios enunciados no artigo 92.º, n.º 3, alíneas a), b) e c), da Diretiva 2013/36/UE e corresponde aos Colaboradores que têm um impacto significativo no perfil de risco no CaixaBI e no Grupo CGD, na medida em que preencham um ou mais critérios qualitativos enunciados de seguida:

- a) O Colaborador assuma responsabilidades de gestão por:
 - i. assuntos jurídicos;
 - ii. rigor das políticas e procedimentos contabilísticos;
 - iii. finanças, incluindo fiscalidade e orçamentação;
 - iv. análise económica;
 - v. prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
 - vi. recursos humanos;
 - vii. elaboração e execução da política de remuneração;

- viii. tecnologias da informação;
 - ix. segurança da informação;
 - x. acordos de subcontratação de funções essenciais ou importantes a que se refere o artigo 30.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2017/565 da Comissão;
- b) O Colaborador detenha responsabilidades de gestão relativamente ao risco de contraparte, risco residual, risco de concentração, risco de titularização, risco de taxa de juro resultante de atividades não incluídas na carteira de negociação, risco operacional, risco de liquidez ou risco de alavancagem excessiva;
- c) No que se refere às posições em risco de crédito com um montante nominal por transação que represente 0,5% do CET 1 do CaixaBI e seja equivalente a pelo menos 5 milhões de EUR, o Colaborador preencha um dos seguintes critérios:
- i. Tenha poder para tomar, aprovar ou vetar uma decisão sobre esse tipo de posições em risco de crédito, ou;
 - ii. Seja membro com direito de voto de um comité com poder para tomar as decisões a que se refere a subalínea anterior;
- d) O Colaborador preencha um dos seguintes critérios:
- i. Tem poder para tomar, aprovar ou vetar uma decisão sobre as transações da carteira de negociação que, em valor agregado, atingem, quando for utilizado o Método Padrão, um requisito de fundos próprios para os riscos de mercado que representa 0,5 % ou mais Fundos Próprios Principais de nível 1 do CaixaBI;
 - ii. Seja membro com direito de voto de um comité com poderes para tomar as decisões a que se refere a subalínea anterior;
- e) O Colaborador assuma responsabilidades de gestão sobre um grupo de Colaboradores que têm individualmente o poder de vincular o CaixaBI em transações e a soma desses poderes é igual ou superior a um limiar definido na alínea c), subalínea i., alínea c), subalínea ii, ou alínea d), subalínea i (do ponto 13.2.1).
- f) Tenha poder para tomar decisões no sentido de aprovar ou vetar a introdução de novos produtos, ou é membro com direito de voto de um comité com poder para tomar tais decisões;

13.2.2. Critérios Quantitativos

- a) Sem prejuízo do disposto na alínea b) deste ponto, os Colaboradores são considerados TFR quando preenchem qualquer um dos seguintes critérios quantitativos:
- i. O Colaborador tenha recebido, em relação ao exercício financeiro anterior, uma remuneração total igual ou superior de 750.000 EUR;
 - ii. A Entidade tenha mais de 1000 colaboradores e o Colaborador pertença aos 0,3% dos efetivos, arredondado ao número inteiro superior, a quem foram atribuídas, dentro da Entidade, as remunerações totais mais elevadas em relação ao exercício financeiro anterior individualmente;
- b) Independentemente de o Colaborador preencher algum dos critérios quantitativos acima referidos, o mesmo não é considerado TFR, caso o próprio ou a categoria a que pertence, não tenha impacto significativo no perfil de risco da unidade de negócio significativa em que está inserido. Esta avaliação é realizada através de um parecer por parte da função de gestão de risco da CGD.

13.2.3. Na aplicação do ponto 13.2.2 b), a função de gestão de risco da CGD é responsável por assegurar o seu parecer mediante o cumprimento dos seguintes critérios:

- a) O perfil de risco da unidade de negócio significativa e a distribuição de capital interno que considerem adequados para cobrir a natureza e o nível dos riscos a que estão ou possam vir a estar expostas⁹;
- b) Os limites de risco da unidade de negócio significativa;
- c) Os indicadores relevantes de risco e performance, utilizados pela instituição para identificar, gerir e monitorizar os riscos da unidade de negócio significativa¹⁰;
- d) Em relação aos elementos variáveis da remuneração os princípios referidos no ponto 9. **REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.**
- e) Deveres e autoridade do Colaborador.

13.3. Composição da Remuneração Variável dos TFR

- 13.3.1. Para Colaboradores cuja remuneração variável anual exceda os 50.000 euros ou represente mais do que um terço da remuneração total anual dos próprios, a componente variável da remuneração é composta por:
 - i. Uma parte em numerário, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da componente variável; e
 - ii. Uma parte em espécie, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da componente variável, paga em instrumentos.
- 13.3.2. A parte em espécie consiste em instrumento com as características previstas na lei, regulamentos, orientações e demais normativos aplicáveis. O instrumento é avaliado por referência à data da atribuição da remuneração variável ou à data da sua emissão, se posterior.
- 13.3.3. A parte em espécie da remuneração variável fica sujeita a um período de retenção de um ano após a data da aquisição do direito¹¹, não podendo ser transmitida ou onerada.
- 13.3.4. Para Colaboradores cuja remuneração variável anual exceda os 50.000 euros ou represente mais do que um terço da remuneração total anual dos próprios, a parte correspondente a 50% da remuneração variável (que integra uma componente em numerário correspondente a 50% e uma componente em espécie igualmente de 50%) fica sujeita a um período de diferimento de 4 anos, exceto no que diz respeito aos titulares de cargos de direção de topo e aos membros dos Órgãos de Administração, cujo período de diferimento é de 5 anos.
- 13.3.5. Nos casos em que o valor da remuneração variável constitua um montante particularmente elevado, a componente variável da remuneração fica sujeita ao Período de Diferimento, relativamente a 60% do respetivo valor.
- 13.3.6. Entende-se por “montante particularmente elevado”, as remunerações totais anuais, iguais ou superiores, ao valor, para o efeito, comunicado anualmente pela função de recursos humanos da CGD, apurado com base no método definido na Política Corporativa do Grupo CGD.
- 13.3.7. O direito ao pagamento da componente variável da remuneração sujeita a diferimento será atribuído numa base proporcional ao longo do período de diferimento.
- 13.3.8. A aquisição do direito sobre a primeira porção diferida apenas ocorre 12 meses após a Data de Atribuição.

⁹ Essas estratégias e processos são objeto de análise interna regular, a fim de garantir a manutenção do seu carácter exaustivo e proporcionado à natureza, escala e complexidade das atividades da instituição em causa.

¹⁰ Em concordância com o artigo 74 da diretiva 2013/36/UE.

¹¹ Data na qual o Colaborador se torna o proprietário legal da remuneração variável atribuída, independentemente do instrumento utilizado para o pagamento ou de o pagamento estar, ou não, sujeito a períodos de retenção adicionais ou a mecanismos de reversão.

13.4. Mecanismos de Redução e Reversão

- 13.4.1. Entende-se por mecanismo de redução (*malus*) o regime através do qual a instituição, em determinado período, reduz o montante total da remuneração variável que tenha sido atribuído previamente e objeto de diferimento e cujo pagamento ainda não constituía um direito adquirido. Esta redução apenas se aplica ao pagamento da parte referente ao período sob análise. A redução aplica-se às componentes variáveis, em espécie e numerário, durante o período de diferimento.

O mecanismo de redução é aplicado em caso de verificação de qualquer critério presente na Condição de Redução¹².

- 13.4.2. Entende-se por mecanismo de reversão (*clawback*) o regime através do qual a instituição reverte um montante da remuneração variável em espécie, cujo pagamento já constitui um direito adquirido, durante o período de retenção.

O mecanismo de reversão é aplicado em caso de verificação de qualquer critério presente na Condição de Reversão¹³.

- 13.4.3. Os critérios de risco utilizados no momento da atribuição da remuneração variável, conforme referido nos pontos 11.2.1 e 12.2, especializam, ao nível da unidade de negócio ou da instituição, a apetência pelo risco do CaixaBI.

Neste contexto, compete à função de gestão de risco da CGD, tendo por base a contínua monitorização da evolução do perfil de risco do Grupo, identificar os eventos que resultem em perdas significativas para a Instituição e que sejam responsabilidade direta de TFR, assegurando a ligação entre a Avaliação de Desempenho inicial e o ajustamento do risco *ex-post*.

Os demais critérios presentes no parágrafo 296 da EBA/GL/2021/04 são considerados pela função de *compliance* ou pela função de recursos humanos, conforme enquadráveis nas respetivas áreas de atuação

- 13.4.4. A componente variável da remuneração poderá ser sujeita a mecanismos de redução ou reversão, conforme as Condições de Redução e de Reversão sejam ou não integralmente verificadas. A aplicação destes mecanismos é deliberada pelo Conselho de Administração do CaixaBI, após apreciação da Comissão Executiva do CaixaBI e da CNAR da CGD sob proposta da função de recursos humanos da CGD e tendo em consideração pareceres emitidos pelas funções de gestão de risco da CGD e *compliance* do CaixaBI. De forma a ser salvaguardada a coerência corporativa nesta matéria, os pareceres deverão ser objeto de comunicação aos responsáveis pelas correspondentes funções de controlo.

- 13.4.5. A CNAR da CGD é responsável por garantir a implementação dos mecanismos de redução e reversão. Para a avaliação do cumprimento dos critérios em que assentam as Condições de Redução e de Reversão, deverá ter-se em consideração a significância e o grau de gravidade do evento, ponderando para o efeito:

- a) Impacto sobre os Clientes, Contrapartes e mercado;
- b) Impacto na relação com outras partes interessadas, incluindo acionistas, Colaboradores, credores, clientes e reguladores.
- c) O custo das multas e outras ações regulatórias;
- d) Perdas financeiras direta ou indiretamente originadas pelo evento;
- e) Dano à reputação.

- 13.4.6. Os Titulares de Funções Relevantes não podem transferir os riscos de redução da remuneração variável para outra Entidade através da utilização de mecanismos de cobertura de riscos ou de certos tipos de seguros tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às modalidades e componentes que compõem a sua remuneração, nem, bem assim, através do

¹² Consulta de exemplos de eventos que conduzem ao mecanismo de redução no ponto 13.4.5.

¹³ Consulta de exemplos de eventos que conduzem ao mecanismo de reversão no ponto 13.4.5.

pagamento da componente variável da remuneração por intermédio de entidades instrumentais ou outros métodos que possam configurar uma evasão ao cumprimento rigoroso das regras em vigor.

- 13.4.7. Os Titulares de Funções Relevantes cuja remuneração variável seja sujeita a diferimento e pagamento em espécie, mediante uma declaração assumem o compromisso voluntário de não utilização de seguros ou estratégias de cobertura de riscos pessoais com o objetivo de atenuar os efeitos do ajustamento pelo risco.
- 13.4.8. Cumpre à função de recursos humanos da CGD recolher as declarações referidas no ponto anterior. Compete à função de auditoria interna realizar inspeções aleatórias regulares, da conformidade da declaração no que respeita às contas de registo de valores mobiliários internas. As verificações aleatórias incluem, as contas de registo de valores mobiliários internas de membros da Comissão Executiva e de Titulares de Funções Relevantes.

13.5. Aquisição de Remuneração Variável

- 13.5.1. A Condição de Redução e a Condição de Reversão consideram-se verificadas quando forem cumpridos, observados os seguintes critérios:

- a) A variação negativa da situação líquida da Entidade em 31 de dezembro de cada ano do período de diferimento por referência à situação líquida da Entidade em 31 de dezembro do ano cujo desempenho é remunerado. A situação líquida da Entidade será apurada de acordo com as contas auditadas relativas ao respetivo exercício, devendo ser efetuados os ajustamentos necessários (designadamente para correção de alterações de política contabilística ou dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos ou reduções de capital ou distribuições de reservas ou dividendos), de modo a que as situações líquidas referidas sejam comparáveis;
- b) O não cumprimento, quando aplicável, dos valores limites ("*breach of limit*") definidos no RAS para os indicadores de solvência (rácio de *Common Equity Tier 1* - CET 1) e de liquidez (*Liquidity Coverage Ratio* - LCR);
- c) A existência de outros sinais de uma quebra significativa posterior no desempenho financeiro da Entidade, nomeadamente situações em que os indicadores acima estejam ainda em zona de tolerância, mas em degradação clara para quebra do limite;
- d) A existência de aumentos significativos nos requisitos de fundos próprios económicos ou regulamentares da Entidade, não decorrentes da prossecução da atividade no quadro de apetência ao risco definido e do orçamento aprovado;
- e) A participação ou responsabilidade por uma atuação que resultou em perdas significativas para o CaixaBI ou para o Grupo CGD;
- f) A existência de provas de má conduta ou erro grave do Colaborador;
- g) A existência de indicadores de uma quebra significativa posterior no desempenho financeiro da entidade;
- h) A existência de dados que permitam concluir que a Entidade sofreu uma falha significativa ao nível da gestão de risco;
- i) A aplicação de sanções regulamentares para as quais tenha contribuído a conduta do Colaborador identificado;
- j) Caso, em consequência do processo de reavaliação anual da adequação, se considere que o Colaborador deixou de ser adequado ao exercício das funções, nomeadamente pela perda de idoneidade;
- k) Existência de sanções disciplinares nos últimos 3 anos, podendo ser menos em função da gravidade da sanção.

Na aplicação do ponto 13.4.4, a função de gestão de risco é responsável por assegurar o parecer mediante a observação das alíneas a) a d), g) e h) suprarreferidas, sendo as restantes alíneas verificadas pela função de *compliance*.

13.6. Dever de documentação e conservação para documentos de TFR

- 13.6.1. Os documentos que corporizam os temas relacionados com TFR são conservados pelo prazo de 10 anos a contar da data da sua divulgação pública em suporte duradouro, que permite a sua reprodução fiel e integral.

14. FUNÇÕES DE CONTROLO

- 14.1. O nível remuneratório dos Colaboradores com funções de controlo deve permitir contratar Colaboradores qualificados e experientes para o desempenho destas funções. A remuneração das funções de controlo é predominantemente fixa, de modo a refletir a natureza das suas responsabilidades, pelo que o valor da componente variável da remuneração não pode exceder 50% da remuneração fixa.
- 14.2. A definição do rácio acima identificado é realizada em simultâneo com a revisão da Política de Grupo, numa periodicidade anual, pela CNAR da CGD.
- 14.3. A atribuição da remuneração variável dos Colaboradores que exerçam funções de controlo é fixada com base na Avaliação de Desempenho e cumprimento de objetivos não dependentes, direta ou indiretamente, de indicadores de negócio e desempenho das unidades de estrutura que supervisionam.¹⁴
- 14.4. Para efeitos da atribuição da remuneração variável, é tida em consideração a avaliação dos responsáveis pelas funções de controlo locais, realizada pelos responsáveis das funções de controlo da CGD.
- 14.5. A remuneração dos responsáveis pelas funções de controlo locais é supervisionada diretamente pela CNAR da CGD, a qual formula recomendações sobre as componentes de remuneração e os montantes a pagar.
- 14.6. Pode ser ponderada a atribuição de uma componente fixa mais elevada para as funções de controlo, que permita a definição de um rácio significativamente mais baixo entre as componentes fixa e variável da remuneração atribuída aos Colaboradores que exercem estas funções, em comparação com as unidades de negócio que estas controlam.
- 14.7. Os critérios utilizados para avaliar o desempenho e os riscos, e determinar a remuneração variável dos Colaboradores que exercem funções de controlo será baseada, principalmente, nos objetivos da respetiva função de controlo, podendo igualmente basear-se, em certa medida, no desempenho global do CaixaBI.

15. INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES E COMPENSAÇÃO POR CESSAÇÃO ANTECIPADA DE CONTRATOS DE TRABALHO ANTERIORES

- 15.1. Não são pagas nem são devidas quaisquer indemnizações ou pagamentos relativamente à cessação de funções, excetuadas as situações legalmente previstas ou resultantes de normativo interno específico, que regule rescisões por mútuo acordo, o qual deve garantir a definição dos montantes máximos e respetivos critérios para determinação dos mesmos. No entanto, mantém-se o direito à aquisição da remuneração variável diferida e à remuneração em espécie retida, atribuída durante o exercício das funções, sem prejuízo da respetiva sujeição aos mecanismos de redução ou reversão.
- 15.2. A remuneração variável garantida visando a compensação de qualquer novo Colaborador pela cessação do exercício de funções anteriores tem carácter excecional e só pode vigorar caso a base de capital seja sólida e forte e tendo em consideração os seus interesses de longo prazo, incluindo a aplicação das regras relativas a diferimento, a retenção, a pagamento sob a forma de instrumentos e ao mecanismo de reversão. Esta remuneração é atribuída no máximo durante o primeiro ano de atividade.

¹⁴ Os critérios de desempenho das funções de controlo encontram-se detalhados no Documento Autónomo de Cálculo da RV.

- 15.3.** Os pagamentos relacionados com a rescisão antecipada de um contrato têm de refletir o desempenho verificado ao longo do tempo e não recompensar o insucesso ou as faltas cometidas.

16. BENEFÍCIOS DISCRICIONÁRIOS DE PENSÃO

- 16.1.** Não são atribuídos benefícios discricionários de pensão aos Colaboradores do CaixaBI.

17. DEVER DE DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO

- 17.1.** Os documentos que corporizam a Política de Remuneração são conservados pelo prazo de cinco anos, a contar da sua divulgação pública, em suporte duradouro que permita a sua reprodução fiel e integral.
- 17.2.** Estão abrangidos no número anterior, sendo conservados pela instituição, os documentos relativos ao processo de decisão, tais como minutas das reuniões pertinentes, relatórios e outros documentos relevantes, bem como a fundamentação subjacente à definição da Política de Remuneração.
- 17.3.** As alterações à Política de Remuneração são igualmente documentadas, sendo registadas as respetivas alterações, data e justificação das mesmas, observando-se, quanto à sua conservação, o prazo determinado no ponto 17.1.

18. DEVER DE DIVULGAÇÃO

- 18.1.** A presente Política de Remuneração é divulgada no sítio da internet do CaixaBI (disponível em www.caixabi.pt), estando acessível para consulta por qualquer interessado, bem como no Sistema de Normas Internas do CaixaBI.

ANEXO I

PRÉMIO DE DESEMPENHO, POTENCIAL E RETENÇÃO MEMORANDO DE PROCEDIMENTOS

I. INTRODUÇÃO

O presente Memorando sistematiza os procedimentos para a atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção anual.

II. DEFINIÇÃO DO VALOR LIMITE DO PRÉMIO DE DESEMPENHO, POTENCIAL E RETENÇÃO

Nos termos estabelecidos na Política de Remuneração dos Colaboradores do Grupo CGD, cabe ao Conselho de Administração da CGD decidir sobre a atribuição aos Colaboradores do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção com base na evolução do plano estratégico e das condições financeiras das entidades e do Grupo CGD.

A atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção estará dependente da obtenção de resultados positivos na entidade e baseia-se no desempenho do Grupo CGD, da instituição, das unidades de negócio e dos Colaboradores.

Anualmente, o Conselho de Administração da CGD definirá o montante limite de Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção a atribuir, sem prejuízo dos pareceres e apreciações previstos na Política de Remuneração dos Colaboradores do CaixaBI.

Estas decisões são tomadas de forma a salvaguardar a capacidade do CaixaBI reforçar os seus fundos próprios, devendo promover a prossecução da atividade em cumprimento da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração da CGD para a instituição (*Risk Appetite Statement – RAS*).

III. CIRCUITO PROCESSUAL

- i. A função de gestão de riscos da CGD analisa e emite parecer sobre o cumprimento da Condição de Atribuição ao nível do CaixaBI, designadamente no que se refere ao cumprimento integral da apetência pelo risco no que respeita aos rácios de capital e liquidez, *Core Equity Tier 1 (CET 1) ratio (fully loaded)* e *Liquidity Coverage Ratio (LCR)*, verificando igualmente a existência de indicadores, financeiros e não-financeiros, estabelecidos na apetência pelo risco da Entidade e do Grupo CGD que, a 31 de dezembro do ano cujo desempenho é remunerado, ultrapassem os limites definidos, garantindo que o limite global de remuneração variável a atribuir aos Colaboradores não limita a capacidade do CaixaBI e do Grupo CGD cumprirem os objetivos estratégicos, nem de manterem e fortalecerem a sua base de capital, capital regulamentar, margem de solvência ou fundos próprios;
- ii. A função de recursos humanos da CGD elabora uma proposta de atribuição dos Prémios de Desempenho, Potencial e Retenção aos Colaboradores, sustentada num modelo com regras definidas;
- iii. A função de *compliance* do CaixaBI emite parecer relativamente aos princípios e abordagem propostos pela função de recursos humanos, numa ótica de conformidade com as normas e legislação aplicáveis, bem como da boa aplicação do modelo aprovado;
- iv. A proposta de atribuição e os pareceres das funções de controlo são apresentados à Comissão Executiva da CGD, à CNAR da CGD e à Comissão de Riscos da CGD;
- v. As Comissões Executivas da CGD e do CaixaBI decidem a atribuição dos montantes individuais dos Prémios de Desempenho, Potencial e Retenção aos Colaboradores. No caso das funções de controlo, os montantes individuais são objeto de apreciação pela Comissão de Riscos da CGD e Conselho Fiscal do CaixaBI;

- vi. O Conselho de Administração da CGD e do CaixaBI são responsáveis pela aprovação do valor global dos Prémios de Desempenho, Potencial e Retenção aos Colaboradores do CaixaBI, tendo em conta as aprovações e pareceres dos órgãos intervenientes.

IV. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E EXCLUSÃO DOS COLABORADORES

Decorrente de decisão da Comissão Executiva da CGD, e sem prejuízo de outras condições ou requisitos expressamente previstos na Política de Remuneração dos Colaboradores do CaixaBI, as condições de elegibilidade e de exclusão para acesso ao Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção são as seguintes:

Condições de Elegibilidade:

▪ Colaboradores Abrangidos –

- a) Colaboradores do Grupo CGD que se encontrem a prestar serviço no CaixaBI, à data de pagamento do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção e que tenham estado ao serviço a 31 de dezembro do ano a que respeita o prémio.
- b) O valor do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção é proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado no ano de referência do prémio.

Condições de Exclusão:

▪ Mérito e Performance

- a) Colaboradores com avaliação de competências “Necessita de Melhoria” e “Insatisfatório”;
- b) Colaboradores sem avaliação de desempenho (com exceção das licenças parentais e estruturas representativas de trabalhadores¹⁵).

▪ Assiduidade e Tempo de Serviço

- a) Colaboradores com menos de 3 meses de trabalho efetivo no ano;
- b) Colaboradores que tenham registado qualquer falta injustificada durante o ano de referência do prémio e no ano seguinte, até ao momento da verificação das condições de elegibilidade do prémio;
- c) Colaboradores com avaliação de competências entre 2,5 e 2,94, com absentismo superior a 3 dias, no ano de referência do prémio (com possibilidade de atribuição por proposta do respetivo OE, a 10% deste universo). Para o efeito, não são considerados os motivos de absentismo cujo regime legal garanta direitos sobre esta matéria.

▪ Comportamento profissional

- a) Colaboradores disciplinarmente punidos com qualquer sanção nos últimos 3 anos, podendo ser menos em função da gravidade da sanção;
- b) O Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção referente a colaboradores envolvidos em processo de averiguações fica suspenso até à data de conclusão do mesmo.

V. CÁLCULO DO PRÉMIO DE DESEMPENHO E POTENCIAL

A atribuição do Prémio de Desempenho, Potencial e Retenção é realizada com a periodicidade anual.

O cálculo do valor a atribuir a cada Colaborador será baseado na respetiva avaliação final de Desempenho.

¹⁵ No caso das licenças parentais e estruturas representativas de trabalhadores, será considerada uma avaliação administrativa” Em linha com as Expectativas”.

As funções de controlo distinguir-se-ão das demais pela natureza e processo de aprovação dos respetivos KPI, sendo que os seus KPI não devem depender, direta ou indiretamente, de indicadores de negócio e desempenho das unidades de estrutura que supervisionam.

Considerando o *Score* Final dos colaboradores elegíveis, serão definidos anualmente escalões correspondentes a intervalos de resultados de *Score* Final (a definir anualmente).

A Comissão Executiva da CGD, face aos resultados concretos da Avaliação de Desempenho do ano de referência do prémio, designadamente em termos de dispersão dentro da escala de avaliação, poderá decidir pela definição de escalões distintos por banda funcional, ou por grupos de bandas funcionais. Poderá ainda desdobrar os escalões de forma a possibilitar uma maior diferenciação entre níveis de desempenho.

Anualmente será definido pelo Conselho de Administração do CaixaBI, enquadrado pelas orientações corporativas, para cada uma das Bandas Funcionais, o Prémio de referência por cada escalão de *Score* Final (a definir anualmente).

A Comissão Executiva do CaixaBI sob proposta da Comissão Executiva da CGD poderá deliberar a majoração de outros grupos de colaboradores, bem como poderá estabelecer limites de variação dos prémios, nomeadamente sobre os prémios dos anos anteriores ou sobre a remuneração fixa ou total.

VI. DISCRICIONARIEDADE DE GESTÃO

Sobre os prémios individuais apurados segundo o modelo definido anualmente, poderá ser dada a possibilidade de ajustamento de gestão por parte das hierarquias, de acordo com regras previstas no ponto 12.10. desta Política.